



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23025439/2022-CPL/SELOG/SR/PF/AP

Processo nº 08361.001115/2022-48

1. **DO OBJETO**

**1.1.** Processo para contratação de empresa para fornecimento de material de consumo (água mineral, café, açúcar e copos descartáveis), com entrega parcelada, mediante requisição, pelo período de 12(doze) meses, para atender a SR/PF/AP, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
01	Água Mineral, acondicionado em garrações de polietileno, retornável, com capacidade para 20(vinte) litros, sem cavidades ou rebordos internos que possam reter bactérias ou outras impurezas nocivas à saúde humana. Rótulo de Portaria nº 470/99 – MME (dentro das Normas mais atuais de Segurança e Higiene).	445485	Recarga em Garrafão retornável de 20 lt.	3.000	R\$ 23.090,00
02	Vasilhame de água mineral, capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno, novo (1º uso), retornável, com prazo de validade no mínimo de 02 (dois) anos.	229112	Unidade	80	R\$ 1.687,73
03	Açúcar tipo cristal ou triturado, composição origem vegetal, sacarose, aparência homogênea, livre de sujidades, parasitos e larvas, cor branca. 01 kg	463988	Pacote 01 kg	400	R\$ 1.961,33
04	Café torrado e moído, acondicionado em embalagem a vácuo, validade mínima de 12 meses após a entrega definitiva, padrão tradicional ou superior, selo de pureza e/ou qualidade Abic e, na ausência deste é obrigatório a apresentação de laudo de análise assinado por laboratório habilitado por órgão de Vigilância Sanitária competente na União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com nota de qualidade global mínima de 4,5 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café. 01 kg	463591	Pacote 01 kg	550	R\$ 21.021,00
05	Copo descartável material em poliestireno, aplicação bebidas, atóxico, capacidade 180ml, de acordo com norma ABNT.	339677	Pacote com 100 unid.	500	R\$ 2.838,33

**1.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR DA ÁGUA MINERAL**

**1.2.1.** Para efeito de habilitação no item 01, só será permitida a aquisição de água mineral junto às empresas que apresentem os seguintes documentos do fabricante do produto:

**1.2.1.1.** Laudo de Análise atualizado expedido pelo D.N.P.M. ou laboratório por ele credenciado – constatando que o produto atende à norma RDC nº 274/05 – ANVS – Ministério da Saúde;

**1.2.1.2.** Rótulo com aprovação do DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).

**1.3. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR DO CAFÉ**

**1.3.1.** Para efeito de habilitação do item 04, só será permitida a aquisição de café, de empresas que apresentarem produto acompanhado do selo de pureza e/ou qualidade Abic e, na ausência deste é obrigatório a apresentação de laudo de análise assinado por laboratório habilitado por órgão de Vigilância Sanitária competente na União, Estados, Distrito Federal ou municípios, com nota de qualidade global mínima de 4,5 e máxima de 7,2 na escala sensorial do café;

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A razão da necessidade da aquisição é suprir as demandas, para atendimento das necessidades de consumo dos usuários internos e externos, podendo-se comprometer o bom andamento das atividades administrativas especialmente ao que se refere a recepção de autoridades e desenvolvimento de reuniões, eventos e outras atividades inerentes ao trabalho desempenhado pelos servidores, melhorando o ambiente de trabalho e promovendo o bem-estar de todos os colaboradores da SR/PF/AP.

**2.2.** O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, uma vez que estão abaixo dos limites máximos estabelecidos, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

**2.3.** A quantidade estimada foi estabelecida para o consumo por 12(doze) meses.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** O objeto a ser adquirido é classificado como bem comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

## **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**4.1.** O(s) fornecedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a fazer a entrega parcelada do material, imediatamente após o recebimento da requisição do setor responsável pela demanda na SR/PF/AP;

**4.2.** Os materiais devem ser entregues no Núcleo de Material - NUMAT/SELOG/SR/PF/AP, na Sede da SR/PF/AP, no endereço Rodovia Norte/Sul, s/nº, Bairro Infraero I, CEP 68.908-910, Macapá/AP.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência, data de fabricação e prazo validade*;

**6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**8.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**8.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**9.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**9.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**9.1.3.** fraudar na execução do contrato;

**9.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;

**9.1.5.** cometer fraude fiscal;

**9.1.6.** não mantiver a proposta.

**9.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**9.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**9.3.** multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

**9.3.1.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**9.3.2.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**9.3.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**9.3.4.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**9.3.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**9.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**9.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**9.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**9.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**9.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Macapá/AP, 27 de abril de 2022.

**RAFAEL DE ALMEIDA MONTEIRO**

Agente Administrativo  
UMAT/SELOG/SR/PF/AP



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DE ALMEIDA MONTEIRO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 17/05/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23025439** e o código CRC **C81344A0**.

